

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 5.915, DE 2009

Dispõe sobre a criação das Funções Comissionadas do FNDE – FCFNDE; cria, no âmbito do Poder Executivo Federal, cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, a serem alocados no Ministério da Educação, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e na CAPES; e dá outras providências.

Autor: DO PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado EMILIANO JOSÉ

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei do Poder Executivo que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, a serem alocados no FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e na CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, órgãos do Ministério da Educação.

O Projeto em análise dispõe que as funções comissionadas do FNDE destinam-se ao exercício de atividades de direção, chefia e assessoramento na administração daquela autarquia, que o servidor investido em função comissionada do FNDE perceberá a remuneração do cargo efetivo acrescida do valor da função para a qual for designado, que esse valor não se incorpora à remuneração do servidor e não integra os proventos

de aposentadoria e pensão. Dispõe, ainda, que as funções comissionadas do FNDE equivalem, para todos os efeitos, aos cargos comissionados do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS de níveis correspondentes. Em anexo, são apresentados os quantitativos e as remunerações das funções comissionadas do FNDE que o Projeto está propondo a criação. Propõe-se que sejam criadas setenta e uma funções comissionadas no FNDE – FCFNDE, sendo vinte e uma FCFNDE 3, trinta e quatro FCFNDE 2, e dezesseis FCFNDE 1.

No que se refere aos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, o Projeto de Lei em apreciação apresenta o quantitativo desses cargos que está propondo criar respectivamente no Ministério da Educação (sete DAS-4; dez DAS-3; sete DAS-2; e cinco DAS-1), no FNDE (um DAS-5; e seis DAS-4), e na CAPES (um DAS-5; um DAS-4; dois DAS-3; e dois DAS-2).

Distribuída às Comissões de Educação e Cultura; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, a presente proposição está sujeita à apreciação conclusiva das comissões.

Na Comissão de Educação e Cultura, aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei em apreciação.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Na Mensagem Interministerial dos Ministros de Estados do Planejamento, Orçamento e Gestão Paulo Bernardo Silva e da Educação Fernando Haddad, encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que acompanha o presente Projeto de Lei, encontram-se as razões que levaram o Poder Executivo a propor ao Congresso Nacional a criação desses cargos e funções comissionadas no âmbito do Ministério da Educação.

Em primeiro lugar, o MEC vem promovendo amplas mudanças em seu modelo de gestão educacional, o que tem exigido o desenvolvimento de seus profissionais e a implementação de novos instrumentos gerenciais para a superação dos desafios enfrentados na operacionalização dos diferentes programas do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo governo federal em abril de 2007.

Para desenvolver novo padrão de relacionamento entre União, Estados e Municípios, está sendo construído e implantado o SIMEC – Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação, com a finalidade de acompanhar a implantação das ações previstas no PDE.

Entretanto, de acordo com o Ministério, para um monitoramento mais efetivo de tais ações no âmbito dos Estados e Municípios, é preciso um reforço na estrutura organizacional do MEC. É o que o governo federal está buscando com a presente proposta de criação dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS no âmbito daquele Ministério.

Em segundo lugar, o Projeto de Lei em questão também propõe reforço na estrutura da CAPES. Como argumentos, afirma que o orçamento dessa instituição dobrou nos últimos dois anos e que suas atribuições foram ampliadas. De fato, a CAPES incorporou, ao lado da formação do pessoal de nível superior, a política do Ministério da Educação de formação, tanto inicial quanto continuada, dos professores da educação básica em todo o País. Em consequência desses fatos, o número de bolsas concedidas pela CAPES cresceu significativamente e seu parque computacional foi ampliado e modernizado.

Para responder às novas demandas da CAPES, o governo federal propõe, por meio do Projeto em análise, a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS para a estrutura da CAPES.

Por fim, o Projeto também afirma a necessidade de reestruturação do FNDE diante de suas inúmeras atribuições. O FNDE é responsável pelos Programas Nacionais de Alimentação Escolar, Livro Didático, Biblioteca da Escola, Saúde do Escolar, Transporte Escolar, Dinheiro Direto na Escola, Brasil Profissionalizado, Escola Aberta, Educação de Jovens e Adultos, Formação Continuada a Distância.

Com a finalidade de fortalecer o FNDE, o Projeto cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, tal como no Ministério da Educação e na CAPES, e cria também Funções Comissionadas do FNDE denominadas de FCFNDE. Segundo a Mensagem do Poder Executivo, essas funções são criadas nos mesmos moldes adotados recentemente para o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social e para o DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral.

Essas funções destinadas privativamente a servidores públicos em exercício na própria autarquia, com remunerações equivalentes às dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, nos níveis correspondentes. Dessa forma, objetiva-se contribuir para a profissionalização do FNDE, com a reserva de cargos de direção, chefia e assessoramento a servidores de carreira, escolhidos com transparência e pelo mérito profissional e, simultaneamente, definindo a implantação de programa de desenvolvimento gerencial pela autarquia para os servidores designados para tais funções.

Pelas razões acima expostas, quanto à matéria de responsabilidade desta Comissão de Educação e Cultura, somos pela aprovação do Projeto de Lei em apreciação.

Sala da Comissão, em 03 de novembro de 2009.

Deputado EMILIANO JOSÉ